

A memória toponímica dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, Província de Minas Gerais, no croquis topográfico de James Wells, de 1874

The toponymic memory of Paraopeba and São Francisco river valleys, in the Province of Minas Gerais, in the topographical sketches of James Wells, 1874

Márcia Maria Duarte dos Santos

Centro de Referência em Cartografia Histórica - CRCH,
UFMG; mdsantosy@yahoo.com.br

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Faculdade de Letras, UFMG; candidaseabra@gmail.com

Paulo Márcio Leal de Menezes

Centro de Ciências da Matemática e da Natureza – CCMN – UFRJ:
pmenezes@acd.ufrj.br

RESUMO

Patenteiam-se aspectos do patrimônio toponímico dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, em Minas Gerais, assinalados na PLANTA DO PROLONGAMENTO PROJECTADO DA ESTRADA DE FERRO DE D. PEDRO II – um croquis topográfico – elaborada, em 1874, pelo engenheiro inglês James W. Wells. Destaca-se, a partir do levantamento e da análise realizados, o corpus de topônimos constituído apenas por termos ou nomes específicos, apresentando uma proposição de legenda – uma chave de interpretação, para as feições cartográficas correspondentes, mostradas no croquis. Oferece aos estudiosos da toponímia e da geografia histórica mineira a ampliação de referências sobre as áreas dos vales em questão.

PALAVRAS CHAVES: James W. Wells; Croquis Topográficos; Toponímia Histórica, Cartografia Histórica; Província de Minas Gerais.

ABSTRACT

Aspects of the toponymic heritage of Paraopeba and São Francisco river valleys, in Minas Gerais, showed in the MAP OF THE PROJECTED EXTENSION OF THE D. PEDRO II RAILROAD, in topographical sketches, drawn up in 1874, by

the English engineer James W. Wells are patented. This article/study highlights, from the survey and the analysis performed, the corpus of toponyms composed just of specific terms or names, showing a proposed legend -an interpretation key, for cartographic features, shown in the sketches. It offers to scholars of toponymy and historical geography of Minas Gerais further references about the areas of the valleys.

KEYWORDS: James W. Wells; Topographical Sketches; Historical Toponymy, Historical Cartography; Province of Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Vindo do nordeste do Brasil, o engenheiro inglês, James W. Wells, parte da Corte para a Província de Minas Gerais, em 1873, contratado pela Companhia de Construção de Obras Públicas, também inglesa. A empresa, por sua vez, tinha sido contratada pelo governo brasileiro para estudar e determinar percursos, com vistas à extensão da Ferrovia D. Pedro II, no interior do território mineiro, e à criação de uma rota, que ligasse os trechos navegáveis dos rios São Francisco e Tocantins. A concretização de ambos os projetos permitiria a conexão da D. Pedro II, após finalizada, à Amazônia.

A participação de Wells no empreendimento resultou, entre outras publicações, no seu notável livro de memórias *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*, publicado, na Inglaterra, pela primeira vez, em 1886, e, no Brasil, em Minas Gerais, em 1995, pela Coleção Mineiriana. O interesse da Coleção prendeu-se ao fato de que, embora o título das memórias de Wells não revele, uma boa parte da narrativa desenrola-se nas terras mineiras. Por seu intermédio, em que pese e, ou em razão do olhar estrangeiro do autor, de sua formação e de seus interesses, é possível conhecer aspectos históricos, culturais e ambientais de Minas, e da economia do período imperial, pouco explorados pela literatura de naturalistas e de outros viajantes dos Oitocentos¹. A par disso, é possível conhecer também muitos aspectos do projeto que possibilitou o relato de viagem.

¹ Ressalta-se que esses aspectos são destacados e analisados, na apresentação da obra de Wells, por Martins (1995, p. 9-13), e no estudo crítico feito por Hill (1995, p. 21-35). Nesses textos, encontram-se também referências às memórias de outro engenheiro inglês, que esteve, no mesmo período que Wells, trabalhando, em uma área geográfica próxima, a do vale do rio Pará, em Minas Gerais, em um levantamento topográfico. Esse empreendimento esteve ligado também aos projetos de extensão da D. Pedro II, no caso, em direção ao centro-oeste mineiro. Trata-se da obra de Dent, *A Year in Brazil: with notes on the Abolition of Slavery, The Finances of The Emperor, Religion, Meteorology, Natural History, etc.*, publicada na Inglaterra, em 1886, como a obra de Wells.

O conhecimento do projeto e, particularmente, da produção do autor podem ser ampliados por meio do estudo de um croquis topográfico, de sua autoria, denominado PLANTA DO PROLONGAMENTO PROJECTADO DA ESTRADA DE FERRO DE D. PEDRO II. RIOS DE SÃO FRANCISCO E TOCANTINS. SECÇÃO I. 1774.2 A representação soma-se a outras produções cartográficas de Wells, de valor significativo para o conhecimento da história da expansão das ferrovias, em Minas e no Rio de Janeiro.³ Não obstante, o interesse por esse legado do autor pode ser estendido para outras áreas de conhecimento, uma vez que o *croquis* pode ser compreendido também como uma memória da toponímia mineira.

Neste trabalho, pretende-se patentear aspectos desse patrimônio, oferecendo aos estudiosos da toponímia e da geografia histórica mineira a ampliação de referências sobre a área representada no *croquis*. Será destacado, tendo em vista o levantamento e a análise dos topônimos realizados, o *corpus* constituído por termos ou nomes específicos, e será descrita a proposição de uma chave de interpretação, uma legenda, para as feições cartográficas correspondentes. Nota-se que os procedimentos de análise, que nortearam a realização do trabalho, relacionam-se, de um lado, à compreensão da organização e da função de um documento cartográfico e de seus elementos, proporcionada por Bertin (1973) e Menezes e Fernandes (2013) e, de outro lado, ao entendimento dos nomes geográficos, tendo em vista sua composição e seus significados, proporcionado por Dick (1990a, 1990b) e Seabra (2004;2006). A par dessas contribuições, estudos sobre a toponímia mineira, dicionários e repositórios históricos e geográficos foram utilizados com vistas à recuperação de denominações e da estrutura político-administrativa do território representado, na época da elaboração do *croquis*, a saber: Carvalho (1922); Costa (1970); Barbosa (1995); Santos, Seabra e Costa (Orgs.) (2017).

O *croquis* topográfico

O *croquis* topográfico elaborado por Wells compreende um transecto que se estende pelo Alto Paraopeba e Alto São Francisco, na Província de Minas Gerais (atual Estado de Minas Gerais). Esse transecto é limitado, no vale do Paraopeba e no do São Francisco, e corresponde, respectivamente, ao sul e ao norte da representação, às cercanias dos

² Identificado em 2017, no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro / AN, RJ, pelos pesquisadores Paulo Márcio Leal de Menezes (Departamento de Geografia – IGEO – CCMN – UFRJ) e José Luiz Macedo de Faria Santos (Arquivo Nacional – AN), o croqui apresenta a seguinte notação, de acordo com Menezes et al (2017): BR_RJANEIRO_4M_0_MAP_0012_(A a H)_m0001.

³ Sobre a expansão das ferrovias, baseando-se em mapas elaborados por Wells e outros, remete-se a Menezes et al (2017). Lembra-se também do trabalho de Costa et al (2002, p. 37-49) que trata de um dos mapas do autor, no contexto da história das representações de Minas, no período imperial.

arraiais de “São José” (atual São José do Paraopeba, sede distrital, município de Brumadinho, Minas Gerais), e de “Pirapora” (atual Pirapora, sede municipal, Minas Gerais).⁴ O transecto representa um percurso chamado Rota do Paraopeba, que a empresa inglesa preteriu, a favor de outro, levantado também por engenheiros contratados pelo projeto de expansão da Ferrovia D. Pedro II, ao longo do rio das Velhas, em Minas Gerais⁵.

Sua execução, conforme registro de Wells, na PLANTA DO PROLONGAMENTO PROJECTADO DA ESTRADA DE FERRO DE D. PEDRO II, ocorre em 1874. Entretanto, recorrendo-se às “memórias” do autor, pode-se supor que tenha sido feita no último trimestre do ano citado e na localidade de Pirapora, como todo “o trabalho de finalização, estimativas, projetos de obras de arte, o desenho de todas as plantas e seções, etc.” (WELLS, 1995, p. 265, v.1), referentes aos trabalhos em campo, realizados pelos engenheiros envolvidos no estudo da área em questão. O atendimento dessa decisão da empresa, que acarretaria cerca de três meses de trabalho em escritório, em uma região considerada “excepcionalmente quente e de modo algum saudável”, revelou-se difícil e desconfortável. Sobre isso, Wells registra: “meu acampamento estava pronto e eu comecei a trabalhar de novo; mas, naqueles dias de outubro, o calor se tornara intenso, mesmo sob o espesso telhado de capim e com os lados e cantos da cabana bem abertos e o interior ventilado, o termômetro registrava 109^o (F) [42,7^o C]” (WELLS, 1995, p. 270, v. 1)).⁶ O autor continua: “trabalhar com desenho ou escrever neste calor tornou-se quase impossível, o suor escorria até o papel, tão

⁴ As denominações das localidades são citadas, neste trabalho, segundo o registro ortográfico e, ou fonético do autor do croquis. A par disso, o status político-administrativo, ou a caracterização do tipo de assentamento da população, é realizado de acordo com as descrições do autor e é registrado, entre parênteses, atualizado, quando aparece no texto pela primeira vez.

⁵ A Rota do Rio das Velhas, escreve Wells (1995, p. 61, v. 1), em uma nota: “foi adotada afinal pelo Governo, já que esse rio pode ser tornado navegável e diminuirá grandemente a extensão da ferrovia que a rota do Paraopeba teria exigido”. A ferrovia, continua Wells, “em 1885 foi aberta ao tráfego até Queluz, na linha central; Cachoeira, na linha de São Paulo; e Porto Novo do Cunha, na linha leste, perfazendo um comprimento total de 45 milhas. A construção da última seção para Macaúbas, no Rio das Velhas, está também bem avançada”.

⁶ Segundo o autor, essa foi a temperatura mais elevada, a que tinha sido exposto, “em qualquer ponto do Brasil durante uma experiência de dezessete anos em diversas partes do Império” (WELLS, 1995, p. 270, v.1).

copiosamente que uma toalha tinha de ser estendida na mesa, em frente a mim” (WELLS, 1995, p. 270, v. 1). Pode-se avaliar, então, o esforço despendido para a realização do *croquis*, na escala 1: 100 000, que mede 3,65 metros x 1,32 m, segundo Menezes *et al* (2017).⁷ O *croquis* de Wells deve corresponder a uma síntese de outros produtos topográficos, tendo em vista, de um lado, a data de sua realização e a sua escala, e de outro a relação informada pelo autor dos documentos que os engenheiros, envolvidos no projeto de expansão da Ferrovia D. Pedro II, deveriam executar, ao final dos trabalhos, a saber: “plantas topográficas de 1- 10.000 do terreno por três quilômetros, de cada lado da linha; planos detalhados da linha na escala 1- 4.000, mostrando os contornos do terreno, divisões de propriedades, limites de freguesias, etc., numa distância de 80 metros de cada lado da linha; seção longitudinal em 1- 4.000 e 1-400; plantas especiais de locais difíceis e cópias duplicadas de todas as notas de campo e nivelamento; e um relatório geral sobre a seção” (WELLS, 1995, p. 167,v.1). A existência desse relatório, ou de outro, poderia, e muito, ser útil na decodificação dos signos cartográficos que compõem o *croquis* topográfico em análise, uma vez que esse não apresenta legenda.

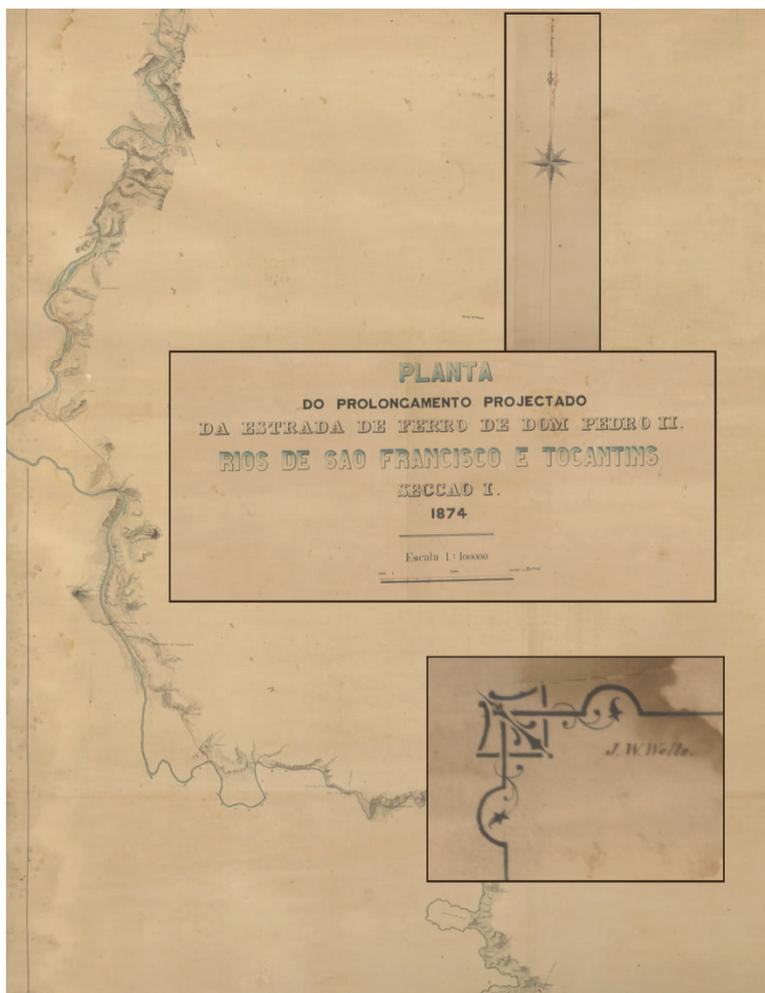


FIGURA 1 – Recortes do *croquis* topográfico elaborado pelo engenheiro James W. Wells, em 1874, no projeto do prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, pelos vales do Alto Paraopeba e Alto São Francisco, na Província de Minas Gerais (Estado de Minas Gerais)

Os signos do *croquis*, cartográficos e linguísticos

Um *croquis* topográfico reúne, de modo geral, a par de uma imagem e, ou figura, elementos como escala, orientação, legenda, data, título, subtítulo, autor e fonte. Essa imagem e, ou figura pode ser considerada signos do espaço geográfico representado, e formada também por signos, compreendendo-se o termo na sua acepção mais geral, a saber: “um elemento A – de natureza diversa, substituto de B”, de acordo com (DUBOIS *et al*, 1978, p. 541). No signo cartográfico, o “elemento A”, pode corresponder a sinais gráficos, ícones, ou símbolos que, conformando uma feição cartográfica, refere-se a um acidente geográfico da área representada – o “elemento B”.⁸ Por sua vez, um acidente do espaço geográfico pode ser relacionado às suas definições, mais e menos difundidas entre os estudiosos, mas clássicas e dicionarizadas, a saber: manifestações contrastantes do terreno em comparação com as áreas circunvizinhas (OLIVEIRA, 1993; HOUAIS, 2004), ou qualidade ou propriedade não permanente de um sujeito (HOUAISS, 2004), no caso, um lugar. Embora as duas acepções sejam de interesse, é a segunda que se considera mais produtiva, tendo em vista os estudos de geografia e de toponímia histórica, pois é consoante, de um lado, a uma característica fundamental do espaço geográfico – sua mutabilidade, inexorável, mesmo que à escala da vida humana, nem sempre essas mudanças possam ser percebidas –; e, de outro, à perspectiva teórico-metodológica diacrônica que se pode imprimir nos estudos em questão.

Tendo em vista o exposto, ressaltam-se alguns exemplos de signos, cartográficos excertos do *croquis*, mostrados na Figura 2, que compreendem símbolos ou sinais, desenhados, no plano de representação,

– arealmente: tal como a conhecida forma de representação de relevo em hachuras, com as variáveis visuais gráficas, orientação e tonalidade (elemento A), correspondendo à “Serra de Gamelleira” (elemento B), a par da forma de

⁸ Desenvolvimentos sobre o tipo de signo em questão, e outros, ícones e sinais, remetem-se a Santos (2017, p.51 -82) e Dubois *et al* (1978, p. 541-542; p. 549-550).

representação de elementos hidrográficos, cor e forma (elemento A), significando o “L. de Lontra” (elemento B);

–linearmente, a representação de elementos hidrográficos, no caso rio, forma e cor (o elemento A), como no “Rio do Peixe”(elemento B), e ribeirões, forma e cor (elemento A), no “Ribão das Almas (elemento B);

–pontualmente, a implantação com uma forma, um ponto (o elemento A), representando fazendas, “Faz. de Paraiso” (elemento B).

Os elementos B, citados anteriormente, bem como em outros signos cartográficos, que se referem ao significado dos acidentes geográficos destacados, assinalados no *croquis* de Wells, podem ser considerados também signos. Esses – signos linguísticos–, encontram-se justapostos aos cartográficos, correspondendo aos nomes próprios de lugares, aos topônimos, que são muito numerosos nos documentos chamados de base e topográficos, como ressaltam Menezes e Fernandes (2013, p.189)⁹. Em um documento sem legenda e sem notas explicativas, como o *croquis* em estudo, componentes que elucidam o significado das diferentes feições cartográficas que compõem a imagem e, ou figura, a presença de topônimos é bastante valorizada. O valor de que se revestem os topônimos diz respeito à sua composição, pois podem ser formados, de acordo com a definição de Dick (1990b, p. 10):

–por nomes genéricos, que expressam ou nomeiam acidentes geográficos, e por nomes específicos que identificam o indivíduo – “Porto [nome genérico] das Cobras[nome específico]”, “Cachoeira[nome genérico] das Bruacas[nome específico]”, dentre outros exemplos destacados na Figura 2;

–ou, apenas por nomes específicos, os topônimos propriamente ditos – “Barreiros”, “Bom Sucesso”, “Pirapora”, “Paciência”, “Oracuya”, dentre outros, que poderiam ser citados, presentes no *croquis*, ou na Figura 3.

O *croquis* topográfico de Wells contém 188 topônimos, dentre os quais, 88% são compostos por nomes genéricos e específicos, e,

o restante, 12%, compreende apenas nomes próprios. Tendo em vista a composição do primeiro *corpus* citado, pode-se afirmar que ele é predominantemente formado por acidentes físicos, a saber: do relevo – morro e serra – e da hidrografia – rios, ribeirões, córregos, cachoeira, riacho e lagoa. Nesse *corpus*, alguns poucos signos são relacionados à ocupação humana, a saber: fazendas, portos, pontes e caminho. Em relação ao *corpus* minoritário, formado apenas por nomes específicos, já não é possível atribuir significados às feições cartográficas que lhes correspondem.

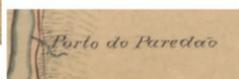
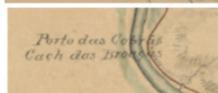


FIGURA 2 – *Croquis* topográfico de James W. Wells (1874). Exemplos de signos cartográficos e topônimos, destacando-se, estes, por serem formados por um nome genérico e um específico, a saber, de um acidente geográfico e de um indivíduo da classe destacada pelo genérico



FIGURA 3 – Exemplos do *croquis* topográfico de James W. Wells (1874): Topônimos formados por nomes específicos, identificando um indivíduo geográfico do espaço representado

É importante observar que alguns topônimos do *corpus* em questão

podem ser classificados, segundo Dick (1990a, p.39-40), como icônicos, tais como: “Tabuleiro Grande” (Paraopeba, sede municipal, Minas Gerais) e “Capella Nova de Bitim” (Betim, sede municipal, Minas Gerais), entre outros. Esses signos sinalizam, apontam evidências para a elucidação do significado do topônimo – a motivação do nome –, mas não indicam o acidente geográfico a que correspondiam na época da elaboração do *croquis*. O sintagma toponímico “Tabuleiro Grande”, por exemplo, sugere a descrição de uma forma de relevo, que se pode idealizar e dimensionar a partir, respectivamente, do primeiro e do segundo termos. E, de fato, trata-se de um geomorfotopônimo, assim definido por Wells (1995, p. 318, v.2), no índice e no glossário, presente nas “memórias”, “uma superfície larga e plana como uma bandeja, indica também as planícies gentilmente onduladas dos topos dos planaltos”, no Brasil.

Entretanto, o topônimo, segundo a feição cartográfica a que está associado – como pode ser visto na Figura 4 –, parece indicar uma localidade, um tipo de assentamento da população, mas nenhum dos signos em questão revela suas características, relacionadas à sua posição na hierarquia político-administrativa, civil ou eclesiástica, da Província de Minas Gerais. Por sua vez, o sintagma “Capella Nova de Bitim”, sugere alguma categoria eclesiástica, na organização dos assentamentos da população do território mineiro. Porém, há que se analisar com cuidado a sugestão do primeiro termo, pois pode exemplificar situações de toponimização do elemento genérico, o que não é incomum, em se tratando do patrimônio toponímico de Minas Gerais e de outros territórios. Tendo em vista o exposto, anteriormente, e apoiando-se no conceito apresentado por Dick (1990, p. 38-39) e Seabra (2006, p. 1957-1959), pode-se falar da opacidade dos topônimos. Porém, essa opacidade não se verifica em relação aos nomes específicos, e, sim, aos signos cartográficos que os representam. É o que se trata de destacar e elucidar a seguir.



Figura 4. Signos linguísticos justapostos a signos cartográficos que correspondem a sedes político-administrativas, civis – distritos de paz, e eclesiásticas – capelas e paróquias, dos territórios geográficos representados.

Os significados dos assentamentos da população – signos cartográficos identificados por nomes específicos

Tendo em vista a decodificação dos signos cartográficos, que são formados apenas pelo termo específico, em uma primeira aproximação, podem ser chamados de simbólicos, uma vez que permitem, mesmo que remotamente, estabelecer uma relação de semelhança entre os

representantes e os representados, os significantes e os significados, sugerida por signos usados em outros mapas do período. Além disso, o conhecimento da geografia e da toponímia histórica da área reforça a proposição de que todos os signos mostrados na Figura 3, e outros semelhantes presentes no *croquis*, e os que se apresentam na Figura 4, correspondem a assentamentos da população dos vales do Paraopeba e do São Francisco. Entretanto, como os signos apresentam configurações – figuras e formas diferentes –, bem como estão implantados, no plano de representação – também de modo diverso –, essas variações visuais permitem supor que estejam apresentando diferentes categorias de assentamentos.

Procurou-se estabelecer o significado dessas categorias, analisando-se as descrições dos lugares assinalados, quando estão presentes nas “memórias” do autor, tanto na edição em português, como na primeira em inglês, a par das definições de alguns termos presentes no índice e no glossário que as publicações contêm, como já citado (WELLS, 1995, v.2; WELLS, 1886, v.2). Levou-se em conta, também, a organização política e administrativa das províncias brasileiras, na época da realização do *croquis*, civil e judiciariamente. No caso, as províncias subdividiam-se em comarcas e municípios, e esses, em distritos de paz. As sedes das comarcas instalavam-se nas municipais, que poderiam corresponder a uma vila ou cidade, tendo em vista o ato de sua criação. As sedes distritais, não tinham uma designação própria, mas, muitas vezes, ostentavam algum título relacionado à divisão eclesiástica que se superpunha à civil e à judiciária. A divisão eclesiástica compreendia as circunscrições denominadas freguesias ou paróquias que reuniam capelas. Considerando essa estrutura, as freguesias eram compostas por distritos e, algumas vezes, conforme estudiosos da época, a mesma paróquia continha distritos de municípios diferentes.¹⁰

¹⁰ A propósito de uma descrição da organização político-administrativa, das estruturas civil, eclesiástica e judiciária, na década de sessenta dos Oitocentos, remete-se ao trabalho de Gerber (2013). Sobre um histórico da organização das circunscrições em questão, a partir do período colonial, até o início da República, cita-se como de interesse, o trabalho de Carvalho (1922).

No *corpus* constituído por nomes específicos, não se identificou nenhum indivíduo que correspondesse ao estatuto de vila ou de cidade, em relação aos territórios nomeados, no *croquis*, como municípios, a saber: os de Sabará, Sete Lagoas e Curvelo. As sedes dessas circunscrições apresentavam, respectivamente, os seguintes estatutos: cidade de Sabará¹¹; vila de Sete Lagoas¹² e vila de Curvelo¹³ (grifos nossos). Se as localidades assinaladas aos signos cartográficos, apresentados nas Figuras 3 e 4, não correspondiam a vilas ou cidades, a que tipos de assentamentos elas poderiam estar associadas? A quais categorias das hierarquias civis e, ou eclesiásticas, elas corresponderiam?

Os signos, significantes de paragens e lugarejos

O signo cartográfico constituído por um ponto— uma forma, implantada pontualmente, na representação, como nos exemplos da Figura 3, entre outros que podem ser encontrados no *croquis*— indica diferentes locais em que os envolvidos no levantamento topográfico conseguiram pouso ou arrancharam, temporariamente, em diferentes distritos dos municípios estudados. O signo sinaliza, também, uma venda ou um local com alguma particularidade, paisagística, arquitetônica ou de produção, e até mesmo uma propriedade rural que não era grande o suficiente para ser chamada de fazenda, às vezes denominada sítio ou retiro, sempre de acordo com as descrições do autor. Outra característica importante dessas localidades refere-se ao fato de que poderiam estar abandonados ou habitados, na época do levantamento. Todas, assinaladas com a feição cartográfica em questão, serão designadas pelo termo paragem, e podem ser identificadas com

¹¹ Sabará foi elevada à categoria de vila com a denominação de Sabará, em 17 de julho de 1711, confirmada pela provisão de 09 de janeiro de 1715. Em 06 de junho de 1838, a localidade foi elevada à condição de cidade, sede de município, com a mesma denominação, pela lei provincial n° 93. Disponível em: (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/sabara.pdf>).

¹² Sete Lagoas foi elevada à categoria de vila, pela lei provincial n° 1395, de 24 de novembro de 1867, desmembrada do município de Santa Luzia do Rio das Velhas (mais tarde, Santa Luzia). A sede foi instalada em 27 de novembro de 1871, na antiga povoação de Sete Lagoas, que foi elevada à condição de cidade, mantendo a denominação de Sete Lagoas, pela lei provincial n° 2672, de 30 de novembro de 1880. Disponível em: (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/setelagoas.pdf>)

¹³ A localidade foi elevada à categoria de vila com a denominação de Curvelo, pelo decreto de 13 de outubro de 1831, desmembrada do território do município de Sabará. Mais tarde, em 15 de novembro de 1875, pela lei provincial n° 2153, foi elevada à condição de cidade, mantendo a mesma denominação. Disponível em: (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/curvelo.pdf>).

os seguintes exemplos:

– “Paciência”, é descrita como um rancho, “uma velha casa abandonada em ruínas”, próximo a um cemitério também abandonado, onde o engenheiro e os seus camaradas permaneceram por algum tempo, durante a realização do trabalho em campo, no município de Sete Lagoas, nas imediações da serra do Gentio (WELLS, 1995, p. 199, v.1).

– “Secco”, assim registrada no *croquis*, parece corresponder à descrição e ao esboço de “Saco Grande”, nas “memórias” de Wells. Trata-se de uma fazenda pequena e isolada, tida como “um bom exemplo do tipo usual de moradia dos sertanejos nestes distritos”, no território coevo do município de Curvelo, percorrido, na última seção de trabalho de Wells, no vale do São Francisco. Segundo o autor, “Saco Grande” estava situada “ao fim de uma longa depressão aberta que se estende desde o rio, recoberta de matas e cercada pelas encostas dos tabuleiros, dos quais ela fora evidentemente denudada” (WELLS, 1995, p. 240, v. 1).

– “Moquem”, apresentada como uma cabana, em que o autor pernitoou em uma ocasião, quando viajava para o quartel-general, instalado em “Buriti Comprido”, foi construída por outro engenheiro contratado pela companhia inglesa. Sobre a cabana, escreve: “lugarzinho ajeitado e bonito, maravilhosamente limpo e organizado, embora o chão fosse de mãe-terra e o rancho só fosse construído de paus nus e coberto de folhas de palmeira traçadas” (WELLS, 1995, p. 214, v. 1). A esse tipo de cabana, se novo e bem construído, o autor observa que, “não se pode conceber uma residência de verão mais graciosa, a partir de produtos das matas adjacentes”, dentre eles a madeira das pindaíbas, descascadas, cujo “amarelo pálido”, usadas nos caibros, paus de cumeeira e nas paredes, contrastavam com o “verde-bronze brilhante da cobertura”, criando “um efeito muito agradável.”

O outro tipo de signo, apresentado também na Figura 3, correspondente a um número variável de pontos – formas implantadas arealmente –, foi usado para descrever algumas localidades que

reúnem agrupamentos pequenos de habitações e habitantes. Essas localidades, segundo as “memórias” de Wells (1995, v. 1; 1886, v. 1), poderiam apresentar sinais de prosperidade ou de decadência, mas todas estavam ocupadas na época do levantamento. Na proposição da legenda do *croquis*, o que se objetiva neste trabalho, o signo em questão corresponde a lugarejos.

Um exemplo de interesse é “Cedro” (Caetanópolis, sede municipal, Minas Gerais), localidade onde foi instalada a famosa fábrica de algodão da família Mascarenhas. O lugarejo reunia poucas edificações – a fábrica, propriamente dita – e as propriedades residenciais dos trabalhadores, do gerente e da família proprietária. Tudo isso, edificações e pessoas, sempre se encontra descrito com muito entusiasmo pelo autor (WELLS, 1995, p. 180-181, v. 1; WELLS, 1886, p. 214-215, v. 1). Outros dois, dentre os exemplos que poderiam ser escolhidos, consonantes aos assentamentos assinalados com a feição cartográfica em questão, extraídos do *croquis*, são “Buritizinho” e “Pindaíbas”. Segundo o autor, sem se estender nos comentários, os assentamentos, *two little hamlets*, estavam “situados na boca do Paraopeba, em junção com o Rio São Francisco, compreendendo, apenas, seis ou sete casas” (WELLS, 1995, p. 214., v. 1; WELLS, 1886, p. 265, v. 1.).

Outro exemplo notável, é a localidade denominada “Nhotim”, no *croquis*, e “Neotim”, no livro de memórias de Wells (1995, p.114, p. 116, p. 117, v. 1; 1886, p. 116-121, v. 2), situado no território coevo do município de Sabará. Esse assentamento, no *croquis*, é assinalado com o signo cartográfico que designa os lugarejos, embora na cópia da representação, a legibilidade do significante, em questão, não seja boa. As referências do autor ao lugarejo, entretanto, são bastante elucidativas, tais como nas passagens que se destacam a seguir: “Logo emergimos da floresta para um vale baixo ondulado, de cerrado e árvores e plantações pequenas e um pequeno ajuntamento de casas, casebres e ranchos – isto é Neotim”.¹⁴ Prosseguindo, o autor observa

¹⁴ “Nhotim”, no *croquis*, ou “Neotim”, nas memórias, considerando referências locais topológicas, evoca Inhotim, o Instituto que abriga um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil, em uma área destacada também como jardim botânico, no município de Brumadinho, em Minas Gerais. O lugarejo, no livro de memórias, foi relacionado a “uma localidade próxima a Capela Nova, atual Betim”, que de acordo com a nota de tradução, provavelmente, “terá unido a esta mais tarde” (WELLS, p. 116, v. 1). Não obstante, além dos aspectos topológicos, já citados, e topográficos que podem ser conhecidos no *croquis*, o relato de Wells, sobre o percurso que realizou entre o arraial de “S. José”, o tempo que durou, apesar dos percalços que ocorreram, a descrição da paisagem, podem

sobre a localidade: “é uma curiosidade neste vale [o do Paraopeba] de casas velhas, pobreza e decadência, pois tudo aqui é novo; não há mais de uma dúzia de casas, mas elas são todas modernas”. A venda e hospedaria, onde o autor pernitoiu, dirigida por um italiano, “homem jovial, de voz poderosa e aparência saudável” é descrita como “uma casinha de adobe caiada, razoavelmente limpa, com portas verde-claras e telhados vermelhos.” (WELLS, 1995, v.1, p. 116; 1886, p. 120, v.1).

Os signos significantes de sedes políticas e administrativas – civis e, ou eclesiásticas

Alguns assentamentos da população dos territórios municipais, representados no *croquis* de Wells, correspondentes aos mostrados na Figura 4, embora sem a qualidade ou *status* de vila ou de cidade, foram relacionados a esses conceitos. Isso pode ser verificado, de modo geral, na edição brasileira do livro de Wells e, excepcionalmente, na edição inglesa, na qual o autor emprega, mais comumente, os termos *village*, em inglês, e algumas vezes arraial, em português, para designar geograficamente as localidades em questão. Toma-se como exemplo “Taboleiro Grande” e “Capella Nova de Bitim” chamados de vilas, na edição em português (WELLS, 1995, p. 181 e p. 124), mas *village[s]*, na edição inglesa (WELLS, 1886, v.1, p. 215 e p. 131).¹⁵ No caso da “Capela Nova de Bitim”, o texto da edição em português apresenta uma dificuldade adicional para a decodificação do signo cartográfico que representa a localidade. Esse signo é utilizado, também, para representar outra localidade, “Bicas” (São Joaquim de Bicas, sede municipal, Minas Gerais), no *croquis*. No índice e no glossário da publicação em questão, o assentamento é caracterizado como arraial (WELLS, 1995, p. 304, v. 2) e, “Bicas”, não é referida nas “memórias”.

É importante ressaltar que as informações presentes, nas “memórias” de Wells, em inglês, em alguns casos, também, não são muito esclarecedoras. Cita-se o exemplo de “Santa Quiteria” (Esmeraldas, trazer novas referências para atualização geográfica, e, até mesmo, para a motivação do nome “Nhotim”).

¹⁵ para a motivação do nome “Nhotim”.

sede municipal, Minas Gerais) que, no índice e no glossário, tanto da publicação em inglês, como da realizada em português, é apresentada, respectivamente, como *town* e cidade, diferentemente dos conceitos usados nos textos, a saber:

In entering Santa Quitéria there is little to distinguish it from the ordinary type of a Brazilian village [grifo nosso]; the greater number of the houses are of whitewashed adobe walls and red-tiled roofs with door and window-fronts gaudily painted, and many wattle and dab grass-thatched houses in the outskirts, and each one with a small yard or compound of fruit trees and wild bush (WELLS, 1886, p. 175, v.1).

Veja-se, também, esse exemplo: “Quando se entra em Santa Quitéria há pouco que a distinga do tipo comum do arraial brasileiro” (WELLS, 1995, p. 154, v. 1, grifo nosso).

O termo arraial era usado, no período colonial, nas Minas Gerais¹⁶, para se referir às categorias hierárquicas de assentamentos da população que eram sedes de capelas ou freguesias ou, ainda, a povoados provisórios que se organizavam em função de descobertas de ouro, ou em torno de capelas erigidas, ou que se pretendia construir, bem como em pontos de pouso ao longo dos caminhos mineiros. Entretanto, no período imperial, já não era usado como referência, mas, apenas para indicar uma povoação antiga, sossegada, pacífica, sem conotação político-administrativa. Wells reconhece tal evidência e, quando define arraial, considera que “o antigo significado português do termo (agora quase obsoleto) é o de alojamento de tropas em campanha (WELLS, 1995, p. 302; v.2, grifo nosso). Entretanto, sua definição não expressa, ou não fornece indícios significativos, com vistas à caracterização das povoações associadas ao termo, considerando os propósitos deste trabalho, e que já se informou anteriormente. É o que se constata a seguir, no registro do autor: arraial também já correspondeu a

¹⁶ Sobre o entendimento do termo nas Minas Gerais Colonial, remete-se aos trabalhos de: Damasceno (2003) e Costa (Org.) (2004, p. 118 a 126).

[...] um povoado semifortificado, e numerosos povoados antigos do Brasil, ainda retêm o nome [...], do mesmo modo que em antigo forte ou blocausse de fronteira na América do Norte legou o nome de forte ao que é hoje uma pacífica cidadezinha do interior (WELLS, 1995, p. 302, v.2, grifo nosso).

Considerações Finais

Não é objetivo, neste trabalho, corroborarem-se os *status* de todas as localidades apresentadas na edição em português e em inglês das “memórias” do engenheiro. Trata-se, destacadamente, como já se referiu anteriormente, dos assentamentos presentes no *croquis*, mostrados na Figura 4:

– “Capella Nova de Bitim” e “Santa Quitéria”, assinalados ao município de Sabará, no *croquis*, são anotados como sedes de distritos de paz e de freguesias, tanto em Gerber (2013, p.141), como em Silva (1997, p. 92), pertencentes, segundo esses autores, à circunscrição citada.¹⁷

– “Taboleiro Grande”, situado no município de Sete Lagoas, na representação, tem a sua localização referendada por Silva (1997, p. 164). O autor em questão e Gerber (2013, p. 141), apontam a localidade como distrito de paz e freguesia. Gerber, no entanto, situa a localidade no município de Curvelo, e não menciona a existência ou a criação do município de Sete Lagoas.

– “Bicas”, está localizada, na margem esquerda do rio Paraopeba, no *croquis*, sem a indicação da circunscrição político-administrativa a que pertencia. Tendo em vista a posição referida, a localidade está assinalada em um dos municípios dos limites ocidentais de Sabará, em Bonfim. Silva (1997, p. 139), confirma essa posição, indicando o *status* de distrito para a localidade. Contudo, os dados de Gerber (2013, p. 141) posicionam a localidade no município de Sabará, apontando-a como um distrito da freguesia de Capela

¹⁷ Sobre os autores citados, para se situar, temporalmente, as informações que apresentam, nota-se que Gerber publicou seu trabalho, originalmente, em 1863, indicando que os dados que utiliza correspondem, no máximo, ao início da década de 60 do Oitocentos; Silva, no seu trabalho que data de 1878, só deve de fato ter sido terminado (e, conseqüentemente, impresso), em 1879, pois como destaca Martins “O autor acrescenta um apêndice, em que lista os novos municípios criados pela Assembleia Provincial “em sua última sessão legislativa do ano de 1878, que há pouco fincou” (refere-se ao ‘corrente ano de 1879’)(MARTINS, 1997, p. 11 e 12).

Nova de Betim.

– “Inhauma” (Inhaúma, sede municipal, Minas Gerais), no *croquis*, está assinalado no município de Sete Lagoas, o que é corroborado pelos dados apresentados por Silva (1997, p. 164). Esse autor posiciona a localidade como freguesia e distrito, enquanto Gerber (2013), no seu trabalho, não cita a localidade.

Em termos de semiologia gráfica, o que se verifica, na representação, é o destaque de Santa Quitéria, pelo tamanho da fonte e pelo negrito utilizado no topônimo. Pode-se observar que o signo que representa a localidade apresenta semelhança em relação ao de Inhauma. Por sua vez, os signos de Capela Nova de Betim e de Bicas são semelhantes, mas não são apenas associativos, como os anteriores e, por fim, o de Tabuleiro Grande, distingue-se por não apresentar semelhança aos anteriores.

Essas variações visuais não alcançam uma explicação possível de ser estabelecida com os dados de análise presentes no *croquis*, ou que puderam ser destacados das “memórias” do autor, tampouco, podem ser explicadas, tendo em vista o exposto anteriormente, sobre o *status* político-administrativo das localidades em questão. Certamente, as variações estão relacionadas a propósitos específicos do projeto. Seus significados devem estar relacionados ao projeto de extensão da Ferrovia D. Pedro II, no interior do território mineiro, e ao segmento mostrado na PLANTA DO PROLONGAMENTO PROJECTADO DA ESTRADA DE FERRO DE D. PEDRO II. RIOS DE SÃO FRANCISCO E TOCANTINS. SECÇÃO I. 1774.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTIN, Jacques. *Semiologie Graphique . Les Diagrammes- Les Réseaux- Les Cartes*. 2. ed. Paris, La Hahe: Mouton; Paris: Gauthier-Villars, 1973.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte. *Cartografia das Minas*

- Gerais – Da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Cartografia da Conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Edições Arquivos do Estado de São Paulo, 1990a.
- , *Toponímia e a Antroponímia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: s/ed, 1990b. Coletânea de Estudos.
- DENT, Hasting Charles. *A Year in Brazil: with notes on the Abolition of Slavery, The Finances of The Emperor, Religion, Meteorology, Natural History, etc.* London: Kegan Paul; Trench & CO, (1886).
- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or. Pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- GERBER, Henrique. *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Houais; Objetiva, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. BIBLIOTECA. *Curvelo*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/sabara.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. BIBLIOTECA. *Sabará*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/curvelo.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- WELLS, James W. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas Através do Brasil*. Do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1, 2
- WELLS, J. W. *Exploring and travelling three thousand miles through Brazil*

from Rio de Janeiro to Maranhao. Sampson, Low, Marston, Searle and Revington, London, 1886.v. 1, 2. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/exploringtravel01well>>. Acesso em: 20 fev. 2018

MARTINS, Roberto Borges. A Minas de James Wells. In: WELLS, James W. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas Através do Brasil*. Do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1, p. 9-13.

------. Apresentação. In: SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1997. p. 11-14.

Hill, Christopher. Introdução. In: WELLS, James W. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas Através do Brasil*. Do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1, p. 21-32.

MENEZES, Paulo Márcio Leal, FERNANDES, Manoel Couto. *Roteiro de Cartografia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MENEZES, Paulo Márcio *et al.* O Desenvolvimento Ferroviário nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, através dos Mapas de James Wells. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 7., 2017 (em fase de pré-publicação).

OLIVEIRA, Céurio de. *Dicionário Cartográfico*. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 51-82.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). Repositório Digital Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino - Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas. Disponível em: <<http://www.repositoriotoponimia.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*.

2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 2 v.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006, v. 1, p. 1953-1960.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais., Fundação João Pinheiro, 1997. p. 11-14.